

***La Auctoritas del Notario en la sociedad Medieval: Nominación y prácticas*, (coord.. Daniel Piñol Alabart), Barcelona, Mateo Triguero Rubia, 2015, 176 pp., ISBN 978-84-943862-6-8.**

As comunicações apresentadas pelos investigadores que integravam o projecto *Los archivos privados: más documentos para la Historia. Edición de fuentes y investigaciones históricas*, numa mesa redonda de diplomatas no III International Medieval Meeting da Universidade de Lérida no dia 27 de Junho de 2013, foram publicadas em livro dois anos mais tarde. A pertinência desta discussão científica centra-se na questão da autoridade notarial como núcleo vertebrador do notário e da sua prática profissional, pois estava intrinsecamente ligado ao poder emanado unicamente pelas instituições possuidoras da capacidade de nomear profissionais da escrita com fé pública.

A obra é composta por uma introdução e 7 artigos, divididos em Introdução, (pp-7-10), de María Luísa Pardo Rodríguez; “Libros administrativos y *auctoritas* en la Catedral de Sevilla”, (pp.11-26), de Diego Belmonte Fernández; “La escribanía de Cubells”, (pp.27-40), de Elena Cantarell Barella; “La doble nominación notarial: un ejemplo del siglo XIV”, (pp. 41-74), de Javier E. Jiménez López de Eguileta; “La autoridad de los notarios: nominación y práctica. La Corona de Aragón”, (pp. 75-104), de Daniel Piñol Alabart; “Me fonc donada la auctoritat de notari’. La consolidación de la “*auctoritas notariae*” en Valencia en el reinado de Martín el Humano (1396-1410), (pp. 105-140), de Vicente Pons Alós; “Dos nombramientos de notarios públicos en Oviedo y León”, (pp.147-162), de Olaya Rodríguez Pueyo; e finalmente “Los notarios del Principado de Asturias: nombramiento y actuación”, (pp. 163-76), de Néstor Vigil Montes.

O primeiro artigo analisa o grau de implicação que tiveram os notários na validação de livros administrativos e de gestão na catedral de Sevilha, e a tarefa levada a cabo por estes profissionais da escrita na construção da memória económica dessa instituição eclesiástica. A redacção desses mesmos livros foi efectuada por notários cónegos (apostólicos ou não) o que revela a presença destes agentes na estrutura administrativa do património da Sé, não só como secretários capitulares, mas também como contadores, sendo que os primeiros servem-se da sua fé pública para dar

autenticidade às suas práticas escriturárias garantindo o controlo gráfico e instrumental necessário para os assuntos tratados pela Contadoria.

A análise da titulação através da *subscriptio* de 10 notários entre 1332 a 1411 presente em 32 documentos do município de Cubbels é feita em três partes principais: a *escrivaninha* comum de Cubbels, a propriedade da Notaria, e os Notários desse mesmo lugar. A autoridade pertencia à paróquia local, sendo que o pároco podia delegar a regência da *escrivaninha* numa outra pessoa, habitualmente vigário da mesma paróquia, clérigo, ou raras vezes a um indivíduo laico. Neste aspecto, o quadro apresentado pela autora apresenta uma ligeira disparidade entre o número de documentos por notário, (sendo em alguns casos apenas um documento e noutros sete ou até dez), o que pode se compreender fundamentalmente devido à falta de protocolos e registos notariais para a cronologia estudada.

O terceiro artigo analisa o caso de um notário laico que apresenta uma dupla titulação, civil e eclesiástica, numa sentença de 1390 depositada no *Fondo Colegial* do arquivo diocesano do vicariato de Jerez de La Frontera, administrativamente subordinado ao arcebispado de Sevilha. Tendo em conta o sistema de governo vicarial e a sua relação com a diocese, a *auctoritas* arquiépiscopal da cidade, na figura do vigário, encontra-se esplanada na nomeação dos seus agentes da escrita. Durante o século XIV o vigário recorria aos *escrivães* do consistório do arcebispo, pois os que tinham uma dupla titulação podiam actuar também no âmbito da justiça secular. Na centúria seguinte, este recurso não se verifica em parte pela presença dos notários apostólicos na sé sevilhana.

No quarto artigo, a abordagem de Daniel Piñol Alabart, investigador principal do projecto, sobre a autoridade dos notários nessa Coroa serve-se de uma vastíssima bibliografia sobre a história do notariado aragonês que lhe permite entender uma casuística que vai além da autoridade real e que passa também por eclesiásticos, municípios, e senhores laicos com capacidade para a nomeação e acesso de notários em diversos territórios, atendendo às particularidades dos vários reinos que a integram, estabelecendo uma relação entre a autoridade pública e a actividade notarial. O autor mostra como a instituição notarial nos reinos da Coroa de Aragão se desenvolve paralelamente em cada território atendendo às especificidades de cada um e com legislação similar. Portanto, os notários da coroa aragonesa têm uma autoridade pública e função muito diversa que intervém em todos os aspectos da instituição, desde a

organização e acesso à função notarial até à documentação lavrada pelas escrivatinhas notariais

A consolidação da *auctoritas* no reino de Valência parte de uma base legislativa, os *Furs de València*, através da qual o autor mostra como Martim, o Humano, confirma e completa as disposições forais anteriores de D. Afonso IV e D. Pedro IV. Os anexos apresentados contribuem para uma melhor compreensão desse processo e consistem em: a) apêndice documental de seis cartas de nomeação de Martim I, b) mapa geográfico da nomeação de notários reais no reino de Valência entre 1397 a 1410 e a sua distribuição geográfica, e finalmente c) uma tabela com a data e tipo de nomeação, identificação e localização de 282 notários na cronologia supramencionada.

O penúltimo artigo apresenta uma perspectiva comparativa entre León e Oviedo nos princípios do século XIV, período durante o qual os notários de criação real actuavam por ordem do bispo no âmbito eclesiástico, provocando conflitos entre as partes. Portanto, o objetivo entender o processo real de acesso ao cargo notarial (e não a sua nomeação) em duas cidades diferentes do noroeste peninsular. Através do estudo de subscrições notariais contrastadas com documentação referente à nomeação de notários, parece que a nomeação de notários públicos foi motivada por contextos sociopolíticos e lutas de poder das oligarquias locais, que contavam entre si com os interesses da designação de notários.

Relativamente ao Principado das Astúrias, apesar de não existir qualquer documento de nomeação, o autor assegura a existência de uma continuidade na sua eleição no que concerne aos usos de nomeação respeitantes aos notários régios, e a sua actuação constante apenas nos núcleos populacionais do centro da região. Os notários do príncipe parecem ser semelhantes aos régios: pertencem às elites locais, trabalham para o mesmo público e de uma forma similar. A única diferença prática é que foram nomeados durante mandatos jurisdicionais diferentes pela transmissão de mero e misto império.

Parece-nos que esta obra põe em contraste várias perspectivas sobre o tema de autoridade notarial nas suas mais variadas vertentes (régia, senhorial, eclesiástica, municipal...) em múltiplos contextos sociopolíticos. Não existe uma uniformidade relativamente à apresentação dos artigos, já que nem todos se encontram divididos por pontos ou alíneas com parte introdutória e conclusiva, e tampouco apresentam anexos e/ou apêndices documentais, sendo que apenas um possui mapa geográfico. A falta de uma conclusão geral não é um aspecto de somenos importância. Evidenciamos o

Ricardo Seabra – Recensão do livro *La Auctoritas del Notario en la sociedad Medieval: Nominación y prácticas*, (coord.. Daniel Piñol Alabart), Barcelona, Mateo Triguero Rubia, 2015, 176 pp., ISBN 978-84-943862-6-8 – História. Revista da FLUP. IV Série. Vol. 8. 2017. 247-250 DOI: 10.21747/0871164X/hist7\_2rec1

tratamento da matéria da *auctoritas* com a constante contraposição de documentação notarial e legislativa, o que possibilita verificar a diferença entre a prática e a normativa. De facto, este estudo fica enriquecido não só pelo cruzamento das referidas fontes, mas também pela análise comparativa entre diversas localidades em espectros cronológicos distintos, o que consiste numa abordagem completamente nova a um tema que carecia de desenvolvimento, e de elevado interesse científico, já que diz respeito tanto aos estudiosos da Diplomática Notarial como aos da História da Instituição Notarial.

Ricardo Seabra  
FCT-FLUP-CITCEM